

UNILEÃO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DR. LEÃO SAMPAIO
CURSO BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

MARIA VITÓRIA VENCESLAU DA SILVA

**UMA ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DO BRASIL.**

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2018

MARIA VITÓRIA VENCESLAU DA SILVA

**UMA ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DO BRASIL.**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção do grau de bacharel/licenciatura em Serviço Social.

Orientador: Prof.^a Maria Dalva Ribeiro

JUAZEIRO DO NORTE- CE
2018

MARIA VITÓRIA VENCESLAU DA SILVA

**UMA ANÁLISE SOBRE A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NAS ESCOLAS
PÚBLICAS DO BRASIL.**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Graduação em Serviço Social do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, como requisito para obtenção do grau de bacharel/licenciatura em Serviço Social. Orientadora: Prof.^a Maria Dalva Ribeiro.

Data de aprovação ___ / ___ / ____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Esp. Maria Dalva Ribeiro
Orientadora

Prof. Me. Maria Clara Oliveira Figueiredo
1º Examinador

Prof. Esp. Cicero Reginaldo Nascimento Santos
2º Examinador

Dedico esse trabalho a Deus pela sabedoria que me tem dado durante toda minha vida, a minha mãe Maria Auxiliadora Venceslau do Nascimento e a meu pai José Vasques da Silva, por todo amor, paciência, palavra, e contribuição durante todos os momentos da minha vida acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Na maioria das vezes não encontramos palavras que consigam exprimir os nossos sentimentos. As palavras não conseguem captar e expressar aquilo que só o coração consegue dizer. Mas isso não pode nos impedir de tentar.

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo que ele me proporcionou, a fé que tenho, a gratidão e a sabedoria a mim, por todos esses anos de vida acadêmica, se não fosse o seu amor por mim, não teria chegado até aqui.

De todo meu coração, agradeço aos meus pais, Maria Auxiliadora Venceslau do Nascimento e José Vaques da Silva, pelo seu amor, dedicação, por toda a luta que passaram desde o início dessa trajetória, se não fosse por eles, não tinha chegado ao meu objetivo nesta vida.

Ao meu irmão, aos meus familiares, pelo incentivo, pelo o apoio, que sempre estiveram me ajudando na minha formação.

Ao meu noivo, por toda paciência, por sempre ter me apoiado e pela a sua dedicação, em me fazer feliz, quando estava triste, muito obrigado por se fazer presente durante todo esse tempo. Você foi o melhor presente de Deus para mim.

Aos meus colegas mais próximos e os mais distantes da minha turma pela convivência acadêmica. Agradecer a minha orientadora Maria Dalva por toda paciência, esforço, orientação, ensino e como profissional por me incentivar durante a conclusão deste trabalho.

Meus agradecimentos a todos os professores por todo ensinamento durante esses quatro anos e meio. Finalizo agradecendo a todos os funcionários da UNILEÃO, por todos os serviços prestados a todos que ali estão meu muito obrigado!

TENHO MEMÓRIA!

*Ah! Não vão fazer-me esquecer,
dos porões da ditadura...
Das sombras, tétricas clausuras!
Tão pouco dos gritos do endoidecer...
Onde estariam os carrascos?
Velhos apáticos?
Cobertos de cínico manto,
senhores de cabelo branco?
Coronéis de um tempo,
hoje vencidos...
Que haja um grito sempre,
despertando os esquecidos!
Que as marcas de sangue
não se apaguem dos tempos idos.
Que se rompam as ocultas
mordaças de um dia...
Que contemplemos as asas
do direito à democracia!
Quiçá ouçam os eternos gemidos,
perambulando por suas mentes!
Até que peçam a morte, clementes...
Não sou deste tempo, tenho memória.
Quiçá mofem todos,
nos porões da nossa história!*

José Geraldo Martinez

RESUMO

O presente trabalho aborda o tema Serviço Social na Educação, com o propósito de relatar a história da Política de Educação e o contexto histórico da inserção do Serviço Social no âmbito educacional. Através do seu objeto de estudo que é a inserção do Serviço Social nas escolas públicas do Brasil. Tem como objetivo específico compreender a educação enquanto Política Social que tem o compromisso de garantir direitos sociais; analisar a atuação do Serviço Social na política da Educação; refletir o funcionamento de uma escola pública na periferia. O estudo foi realizado com a base de dados encontrado em livros e trabalhos acadêmicos (artigos e teses). Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória, descritiva com abordagem qualitativa baseados em uma pesquisa bibliográfica, de artigos e livros de 1970a 2012, sendo que para discussão limitou os anos de 1992 a 2012. Identificamos que existe um amplo material que conta o contexto histórico da Política de Educação e a inserção do Serviço Social no ambiente escolar. Podemos identificar a importância do profissional no espaço socioeducativo, ou seja, no espaço escolar.

Palavras chaves: Serviço Social. Política de Educação. Periferia

ABSTRACT

This paper deals with the theme Social Service in Education, with the purpose of reporting the history of Education Policy and the historical context of the insertion of Social Service in the educational field. Through its object of study is the insertion of Social Service in public schools in Brazil. Its specific objective is to understand education as a Social Policy that is committed to guarantee social rights; analyze the performance of Social Service in Education policy; reflect the functioning of a public school in the periphery. The study was carried out with the database found in books and academic papers (articles and theses). This is an exploratory, descriptive research with qualitative approach based on a bibliographical research, articles and books from 1970 to 2012, and for discussion it limited the years from 1992 to 2012. We identified that there is a wide range of material that counts the context of Education Policy and the insertion of Social Service in the school environment. We can identify the importance of the professional in the socio-educational space, that is, in the school space.

Keywords: Social Work. Education Policy. Periphery

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 - FASES DA CONSTRUÇÃO DO TRABALHO.....	34
TABELA 02 – TIPIFICAÇÃO DO MATERIAL CAPÍTULO I.....	35
TABELA 03 – TIPIFICAÇÃO DO MATERIAL CAPÍTULO II.....	35

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPITULO I: A LONGA JORNADA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO	12
1.1 HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.	12
1.2 O “CHÃO DA ESCOLA” EM TERRITÓRIO DA PERIFERIA.	17
CAPÍTULO II: O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL DENTRO DA ESCOLA.	21
2.1 A EDUCAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL;	21
2.2 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO BRASIL.	25
CAPITULO III: A MAGNITUDE DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO	33
3.1 METODOLOGIA DO ESTUDO.....	33
3.1.1 Fases da construção do Trabalho	34
3.1.2 Tipificação do material	34
3.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO.	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERENCIAS	40

INTRODUÇÃO

O Serviço Social e Educação, tema escolhido para ser desenvolvida neste trabalho, abordando a importância da inserção da profissão de Serviço Social no contexto escolar.

Pretende-se com esse trabalho de conclusão de curso, apresentar conhecimentos mais amplo sobre o papel do Serviço Social para a comunidade escolar, a fim de compreender a seriedade do trabalho do assistente social no cenário educacional.

Justifica-se a escolha desse tema deu-se através de um trabalho desenvolvido no sétimo semestre da UNILEÃO, com o tema educa pra caramba, nas escolas de rede pública dos municípios de Barbalha, Juazeiro e Crato. E também pela a inercia do Estado em não contribuir para resolver as condições das escolas públicas e por não ter profissionais que estão preparados para trabalhar as expressões da Questão Social, que são encontrados no espaço educacional. É nesta perspectiva que destaca a relevância deste trabalho.

Diante dessa realidade, os fatores que nos levaram a abordar este tema são de caráter informativo e reflexivo acerca da importância do Serviço Social dentro da escola.

É nesse sentido que se dá a inserção do Serviço Social no âmbito da educação, historicamente enquanto segmento da classe trabalhadora que move o processo de correlação de forças, na busca de concretização da escola como espaço de formação de indivíduos críticos.

A educação é uma dimensão complexa e histórica da vida social, percebe-se que a política educacional como manifestação das lutas sociais na disputa pela hegemonia da emancipação e da autonomia dos sujeitos, cujo a ação própria está ligada ao mundo da produção.

Nessa pesquisa traz a importância da educação como uma das manifestações políticas sociais para a população que depende dela, para conseguir ter uma visão crítica na sociedade e poder estar com uma vida social garantida, principalmente as crianças e adolescente de território da periferia, no que o Estado não dá a importância dessas comunidades.

Trazendo em foco o problema dessa pesquisa, qual a participação do Serviço Social na educação de uma escola pública? Tentando responder este questionamento que parece não ter resposta. Neste sentido esta pesquisa vem com o intuito de esclarecer esse problema.

Diante disso, o objetivo geral do meu trabalho é identificar as circunstancias que delimitam a atuação do Serviço Social na Educação brasileira, através da trajetória de luta exercida pelo corpo de assistentes sociais que há quase duas décadas enfrentam o desafio de ocupar o âmbito escolar como campo de inúmeras demandas.

Portanto pretendo abordar essa pesquisa, através de livros, artigos, teses e outros, tendo assim uma revisão bibliográfica. Para melhor esclarecer a as escolas públicas da periferia, a educação enquanto política e a inserção do Serviço Social na escola.

CAPITULO I: A LONGA JORNADA DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

1.1 HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.

A educação no Brasil surgiu com a chegada dos portugueses por volta do ano de 1549, durante este período as escolas foram construídas e administradas pelos padres jesuítas, ou seja, esse contexto educacional tinha uma ligação com a igreja, que era vista como um forte grupo aristocrática e exclusiva.

Sendo assim um grupo de Jesuítas em 1553, cria um Colégio na Capitania de São Vicente, para dar aulas religiosas na colônia, com isto as pessoas estudariam e seguiriam as regras religiosas que era exposta a eles. A parti de então o grupo de Jesuítas um ano depois mudam a escola São Vicente para o Sertão de Paratinga, nesse sentido criaram o Colégio da Ordem no Brasil.

Para tanto a Educação só era para aqueles que se convertessem na fé católica, vendo que os nativos, ou seja, os indígenas eram difíceis de se converte e principalmente os adultos, os jesuítas tiveram outra ideia de começar pelas crianças, pois elas tinham a capacidade de influenciar as outras pessoas tantos menores como adultos.

[...] Todas as escolas e colégios administrados pelos jesuítas eram regulamentados por um documento que começou a ser escrito pelo fundador, também chamado de general da Companhia, que ficou pronto de 1599, quarenta e três anos após sua morte (ALVES: 2008; p.20).

Portanto era um documento que tinha o Plano de Estudos dos jesuítas, onde encontrava-se a programação com os traços culturais europeias, trabalhando por todo Brasil para conseguir que as pessoas se convertem os ensinamentos cristãs através das escolas e das universidades construídas por eles.

O Marques de Pombal em 1759, expulsa os Padres Jesuítas das escolas e universidades construídas no Brasil. Nesse sentido a expulsão deu-se a partir de um descontentamento entre a metrópole e a colônia, devido a questão da queda de produção da mineração e da questão do trabalho compulsório dos índios (SILVA; 2010). A partir de então o Marques passou a organizar as escolas para servir os interesses da realeza portuguesa e a educação brasileira sofre um grande retrocesso, e passa a entrar em nova fase, que ficou conhecida como a reforma pombalina.

O marquês de Pombal só inicia a reconstrução do ensino uma década mais tarde, provocando o retrocesso de todo o sistema educacional brasileiro. Várias medidas desconexas e fragmentadas antecedem as primeiras providências mais efetivas, levadas a sério só a partir de 1772, quando é implantado o ensino público oficial. A coroa nomeia professores e estabelece planos de estudo e inspeção. O curso de humanidades, típicas do ensino jesuítico, é modificado para o sistema de aulas régias de disciplinas isoladas (ARANHA:1996; p.134).

As argumentações disto são que a família real queria que seu país destacasse economicamente para estar igualmente com as nações europeias, para poder competir de igualdade nas economias e nos ensinamentos educacionais. Esta foi a razão de fazer tantas reformas nos setores do reinado.

Diante das consequências das reformas a educação passa a não ter o preparo adequado aos professores, que acabam não tendo uma visão de boa elaboração de atividade e bons métodos de ensino, como neste período colonial não se gastava muito na educação e com isto os professores eram obrigados a procurar outro serviço para sobreviver, pois o governo não se preocupavam a se dedicar numa pesquisa para melhorar a Educação no Brasil.

[...] Na área da educação pouca coisa muda. São frequentes as reclamações quanto a má formação e preparo dos professores. Pesam ainda nas costas deles a falta de assiduidade nos compromissos escolares, pois são obrigados, pelas circunstâncias, a complementar seus orçamentos com outras atividades (ALVES: 2008; p.42).

Apontamos que nesta época era um descaço total na educação, as pessoas tinham desejo de transformar essa situação, onde que muitas delas conseguiram apresentar propostas e algumas reformas, mais para os governantes infelizmente eram todas sem importância, ou não tinha contribuição para as mudanças educacionais.

Em busca de novas visões para o ensino educacional o governo imperial cria em 1852, a Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária, este foi a única ideia que surgiu, porque depois de várias tentativas eles não conseguiam resultados melhores para educação.

Segundo Alves (2008, p.45), em 1854, pelo Decreto 1331 A, de 17 de fevereiro são reformados os ensinos primário e secundário; os professores, por esse mesmo Decreto, foram credenciados e retomadas a fiscalização oficial.

Portanto a reforma dos ensinos primários e secundários, foi uma verdadeira reforma porque criou novas situações completamente para as escolas, onde que essas transformações educacionais cria um sistema preparatório de exames para o ingresso no ensino superior. Mais infelizmente as crianças negras, e escravos mesmo libertos não tinha direito de frequentar os colégios.

A reforma de Leôncio de Carvalho em 1879, de orientação positivista, prever normas para o ensino primário, secundário e superior e torna-se revolucionária para época, pois defende a liberdade do ensino, frequências, credo religioso e abertura de escolas normais (ALVES: 2008; p.46 apud ARANHA; 1996).

As mudanças apontam uma revolução para época, que determina a não proibição dos escravos e crianças negras de se matricular nos colégios, porque com isto traz uma estimulação de novas propostas para o sistema educacional na colônia. Seria uma grande reforma, mais infelizmente o governo deixa a desejar por não cumprir com toda a proposta do colégio.

Na verdade, o ensino primário e secundário, sofreu bastante com as várias reformas que tiveram, mais infelizmente não teve melhorias no ensino por todo esse tempo. Os alunos das escolas não frequentavam as aulas, pois não tinha o preparo adequado para ingressar o ensino superior.

A educação teria de arrasta-se de todo o século XIX, inorganizada, anárquica, incessantemente desagregada. Entre o ensino primário e o secundário não há pontes ou articulações: são dois mundos que se orientam, cada uma na sua direção (ARANHA: 1996; p.153).

No ano 1889 é construída a primeira Constituição do período Republicano que prioriza o ensino leigo nas escolas públicas em disposição ao ensino religioso que prevaleceu durante toda época colonial, sendo assim a educação no Brasil entra no século XX causando diversas reformas no campo educacional. Através destas reformas cada Estado elaborava a sua forma de levar a aprendizagem para as escolas de acordo com a realidade do local, trazendo novos métodos de ensino. Mais o crescimento da educação ainda é lento pela a ausência da elaboração da Política Educacional.

No período de Getúlio Vargas, no campo educacional houve diversas transformações, pois foi um período em que se desenvolveu certa democratização no ensino, o mais importante dessas mudanças foi em virtude de alguns fatores, entre eles a escola ativa de Dewey. Nos anos de 1930 a 1937 temos os principais marcos da revolução da educação no Brasil, uma delas é a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública que tem com sua medida mais importante no campo educacional. Segundo Piana (2009; p.64), o ministério tinha como objetivo fundamental “orientar e coordenar, como órgão central, as reformas educacionais que seriam incluídas na Constituição de 1934 e tem como seu titular o jurista Francisco Campos”.

Essas reformas é um adjetivo que recebeu como o nome Francisco Campos, pois traz fundamentos importantes para estas reformas como a integração entre as escolas primária que se torna obrigatória e gratuita, secundária e superior. Neste mesmo período o governo determina Decretos, um do Decreto nº 19.850 que cria o Conselho Nacional de Educação, que passa a organizar o ensino secundário e as universidades brasileiras.

Vargas sempre havia uma disputa ideológica no campo político, econômico, estas disputas passaram acontecer no âmbito educacional, pois a sociedade estava dividida entre os intelectuais liberais e do outro lado os conversadores e Católicos, e isto acontece por que a igreja católica não queria perde a atuação que ainda tinha no campo educacional, já os liberais queriam a melhoria de aprendizagem sobre novos assuntos nas escolas.

Foi por meio das Conferências Nacionais de Educação que surgiu em 1932 o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, contendo uma proposta de reconstrução dos sistemas educacional brasileiro, visando a uma Política educacional do Estado (PIANA: 2009; p.64).

O surgimento do Manifesto deu-se por falta de melhorias na Educação brasileira levando algumas ideias Centrais de ampla reforma nacional trabalhando em cima do atraso do sistema educacional, e a não inserção da população desfavorecidas da sociedade que não tem a oportunidade de estudar numa escola pública, pois não tinha vagas para todos. O Manifesto quer que essas pessoas menos desfavorecidas tenham direito a educação de qualidade e que as escolas tivessem como prioridade uma infraestrutura adequada conforme a necessidade do local, pois a função do Estado era custear e ministrar o ensino de acordo com as normas estabelecidas pela Constituição e nas leis ordinárias construídas pela União.

Segundo Filho (2008; p.9), “a Constituição de 1934 adota boa parte do ideário Político educacional presente no Manifesto dos Pioneiros”. Só nesta Constituição brasileira pela primeira vez dispõe no seu Art.149 que a Educação é direito de todo, devendo ser administrado pelo Estado e pela família e no Art.5 estabelece que a União crie uma elaboração de diretrizes e bases para a educação nacional.

Na nova Constituição de 1934 no contexto educacional passa a existir a garantia dos direitos dos cidadãos menos favorecidos, mais até aquele momento a desigualdade é grande entre as classes e o Estado passa a não cumprir o que estava escrito na Carta Magna, não muda as situações das escolas públicas, ou seja, não faz melhorias adequadas para o ensino educacional. Para ter uma educação com qualidade tinha que frequentar uma escola privada e que só podiam era os burgueses.

Passando dois anos da Constituição de 1934 é criada uma nova Carta Magna, através de um golpe de Estado no dia 10 de novembro de 1937. O governo passou a governar o país através de Decretos-leis, estabelecendo um controle na comunicação e interferindo em todas as manifestações. No ano de 1937 no contexto educacional acontece uma ruptura no Estado Novo, trazendo um retrocesso do conservadorismo nas escolas, ou seja, a igreja passar a atuar nesse novo Estado, tirando da Constituição os direitos das pessoas a ter acesso à educação. Mas é neste período que nasce a União Nacional dos Estudantes- UNE, o ensino secundário e industrial é regulamentado por novos decretos e leis.

A Constituição de 1937 observou parte dessa legislação e introduziu o ensino profissionalizante e tornou obrigatória para as indústrias e sindicatos a criação de escolas na esfera de sua espacialidade para os filhos de seus operários ou associados (PIANA: 2009; p.65).

Desta forma, essas escolas foram criadas para preparar os filhos dos operários, para que passem a trabalhar nas indústrias com alguma qualificação, e foi uma estratégia do Estado para dominar a classe trabalhadora. Ao entrar no imaginário dessas pessoas em conseguir uma educação com qualidade e não sair mais até os dias atuais, mas só é uma preparação básica para entrar no mundo do trabalho, ou seja, nas indústrias.

A educação brasileira só irá passar por transformações significativas após 1945 com o fim do Estado Novo, com isso traz a promulgação da Constituição de 1946 e o surgimento do Estado Populista, trazendo novas reformas, através de um logo tempo de reivindicações, com o movimento em benefício a escola pública, universal e gratuita, que repercutiu exatamente no Congresso Nacional e findou com a promulgação, em 1961, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

A Lei nº 4.024/61 resultou dos dois projetos de lei e estabeleceu que o ensino no Brasil de nível primário poderia ser ministrado pelo setor público e privado, extinguindo a obrigatoriedade do ensino gratuito nesses anos escolares. Permitiu também ao Estado subvencionar os estabelecimentos de ensino particulares, por meio de bolsas de estudo e empréstimos, e a construção, as reformas e a infraestrutura da escola (Ibidem).

Desse modo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional veio para contribuir, no ambiente escolar, para dar um norteamento as diretores e professores das redes públicas e privadas do Brasil. E também para mostrar que é a base mais primordial pra ser assumida pelo Estado em relação à política educacional.

Assim sendo, a LDB de 1996 é a primeira lei que o governo assume como a lei geral da educação desde 1961, tem bastante efeito sobre o sistema educacional, ou seja, escolar. A política educacional passa a ser uma tarefa da competência do governo, no que acaba descentralizando a sua realização para o Estado e Municípios, no que passa a controlar o sistema escolar atuando dentro de uma política pública.

Com a Constituição Federal de 1988 e com a Lei. 9.394/96, a educação passar a ser um direito de todos, “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL; 1988).

Neste contexto a educação brasileira passa a revogar os direitos a liberdade de escolhas profissional, na garantia de se qualificar melhor através a oportunidade que terá dentro das escolas públicas. E a Lei 9.394/96, estabelecerá umas estratégias no sistema educacional, para que aja uma implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento de ensino em suas diversas modalidades, etapas e níveis por meio das diferentes esferas federativas do Brasil.

No art. 211, no seu inciso 4º, fala que as organizações do sistema de ensino, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios criaram formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório (LDB; 2017). Em busca dos direitos a educação, acima fala que a União, os estados, os municípios e o Distrito Federal têm a obrigação de garantir uma educação adequada nas escolas, onde que cada um se ajudaram em manter esta qualidade com a repartição dos impostos através da União.

A educação é um processo que se desenvolve na vida familiar, através da convivência humana, em vários movimentos sociais, nas culturas de cada estado brasileiro, em diversos lugares. Toda Criança e adolescente tem direito de frequentar as escolas públicas sem nenhuma restrição e sem nenhum preconceito.

A educação foi e está sendo uma luta diária para os cidadãos brasileiros, com o propósito de melhorar o funcionamento do sistema educacional, para as crianças e adolescentes poderem conseguir uma estabilidade de igualdade e direitos garantidos na sociedade brasileira.

1.2 O “CHÃO DA ESCOLA” EM TERRITÓRIO DA PERIFERIA.

Porventura em nenhum outro estagio da história brasileira, com tamanha intensidade, tenha mencionado e disputado a relevância da escolarização, seja no ponto de vista da consolidação de nossa “pequena” democracia, para retrucar as novas demandas de alterações no universo do trabalho e do capital que se encontra por toda parte. É nesse contexto que a nova

legislação educacional brasileira vem trazendo para os educadores das escolas públicas periférica, mais impasses e dilemas do que respostas ou soluções.

O Brasil apresenta, de forma agravada, algumas características próprias de países em desenvolvimento, entres quais enorme desigualdade na distribuição da renda e imensas deficiências no sistema educacional. Esses dois problemas estão obviamente associados. Não é possível, hoje em dia, aumentar substancialmente a renda média de adultos sem instrução, nem se consegue educar adequadamente crianças cujas famílias vivem à beira da miséria. Por isso mesmo, ao se traçar uma política educacional, há de se evitar a posição simplista de que se pode resolver o problema da pobreza abrindo escolas (GOLDEMBERG: 1993; p.4)

Em busca de resolver esses problemas, não somente a escola será capaz, tem que ser enfrentados simultaneamente, cada um em seu lugar próprio, ou seja, com políticas públicas criadas para os dois problemas, que é a pobreza e a educação.

Na verdade, pessoas que vivem na indigência encontra-se nas periferias dos Estados brasileiros, tentando sobreviver e educar seus filhos para ter uma vida adequada, sem sofrimento, mais não perdendo a essência das suas origens. O Estado tem a obrigação de garantir uma educação básica adequada e oferecer oportunidades de escolarização nas comunidades periférica.

O caráter claramente utópico de muitas de nossas políticas educacionais, responsável pelo seu fracasso, se deve, em grande parte, ao fato de não terem sido associadas a uma política social de longo alcance e não estarem alicerçadas em uma clara consciência dos obstáculos econômicos, políticos e culturais que precisam ser enfrentados para a construção de um sistema educacional abrangente e de boa qualidade (Ibidem).

Tal Caráter utópico vem evidenciar as diversas facetas de uma educação ainda em construção, onde o mesmo se expressa de forma diversificadas, dependendo do espaço de concretização dessas políticas.

No que infelizmente o Estado não se opõem em buscar a garantia dessa política educacional nas comunidades periférica, no qual muitas escolas não tem suporte suficiente para ter uma educação de qualidade para as crianças e adolescentes que se encontra em situação de pobreza, e acabam não tendo a chance de conseguir uma vida com mais oportunidades na sociedade civil.

As escolas que ficam localizadas nas comunidades periféricas também contribuem na limitação do aluno. Segundo Frutuoso (2010; p.1), “alguns especialistas acreditam que as escolas mesmo possuindo diretrizes nacionais torna-se reflexo dos ambientes”. O foco em

questão, é que o desligamento escolar resulta em uma série de segregações presentes neste espaço e que também acaba potencializando a aptidão das regras necessárias das escolas públicas.

Portanto a falta de humanidade dos governos em só quererem que os educadores não sejam preparados para a realidade de ensinar nas periferias, que não tem nenhuma qualidade na infraestrutura da escola e também da comunidade, no ensino para os alunos, a violência, e do mal acesso ao território das escolas nestes lugares.

No que as crianças e adolescentes acabam perdendo a oportunidade de aprender e conseguir a conhecer seus direitos, tal como a liberdade e de ser capaz de atingir suas conquistas, como por exemplo, um emprego de qualidade e ter uma vida adequada na sociedade.

As evidências confirmam que a educação vive em constante reformas, pois a escola exerce a partir de várias experiências, nas localidades do subúrbio e da periferia, no sentido que esses lugares são violentos e os governantes acabam esquecendo de oferecer por direito a estas pessoas qualidades de ensino.

No caso específico das periferias, seus processos de formação só podem ser entendidas se compreendermos que, ao se reproduzir, o modo de produção capitalista produz desigualdades que são, também, espaciais (...) é a relação centro- periferia, tem sido dominante nos últimos séculos desde o surgimento do capitalismo e de sua expansão por diferentes áreas do mundo (GOLDEMBERG: 1993; p.10).

Assim sendo, devemos falar da herança hierarquizadas devido ao nível da relevância econômica e política dos estados, no que podemos conversar sobre as várias periferias mais ou menos distante das centralidades primordiais de produção capitalista.

Diante desta realidade, a produção capitalista afeta a desigualdade inerente e cria aquilo que nomeamos de periferia. No que a comunidade periférica não tem nenhuma infraestrutura adequada para se morar, no que os estados não dar a importância destas localidades e principalmente os direitos dos humanos, um exemplo disto e a educação, ou seja, a escola não tem qualidades adequadas para atender a população.

No entanto o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei nº 8.069 (ECA), está disposto no seu capítulo IV, no Art. 53, diz que toda criança e adolescente tem o direito a educação, tendo em vista o pleno desenvolvimento de sua pessoa, para o preparo ao exercício de cidadania e competência para o trabalho. Neste contexto o Estado tem o direito de garantir nas

comunidades das periferias as condições adequadas e de igualdade com o destino ao ingresso e permanência nas escolas, igual a qualquer outra.

Entretanto, apesar de todas as escolas de periferia serem institucionalmente organizadas da mesma forma (normas, currículos, hierarquias), existem entre elas peculiaridades. Assim, o que ocorre em uma escola é diferente do que ocorre em outra, porque cada cotidiano escolar é único e diferenciado, uma vez que cada sujeito que o compõe dota o seu espaço, as suas relações, as suas vivências de um sentido que lhe é próprio (VALIATI: 2015; p.3).

Nesse sentido, infelizmente muitas crianças e adolescentes abandonam a escola a partir da constante violência que existe nas periferias das grandes cidades, outros fatores da evasão escolar são a pobreza, as condições precárias das residências das famílias, gravidez na adolescência e o ensino sendo descontextualizado pelos educadores.

Diante disto os autores Vichessi e Nicolielo (2014; p.2), no seu texto fala que “segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 70,8% da população extremamente pobre do país é constituída por pessoas dos grupos de raça ou cor preta e parda”.

As fontes afirmam que, o próprio método histórico do Brasil, não fez o bastante para esses grupos após a abolição, exemplo disto, foi a não criação de políticas, no que fez este povo a não terem seus direitos básicos garantidos. Com isto em busca de melhorias e moradias para a sua vida, estes grupos procuram lugares para se morarem e por isso constrói casas no morro longe da cidade grande, gerando sua própria comunidade, ou seja, a periferia, sem ter nenhum apoio do Estado.

Diante dessa situação a educação é precária para essas pessoas que vivem nestes lugares, no que não tem nenhum suporte básico dos órgãos governamentais. Portanto é fundamental que a política de educação precisa atingir essas localidades, para garantir os direitos das crianças e adolescentes de frequentar as escolas com suportes necessários para ser de qualidade.

Só assim a educação das periferias brasileiras, pode conseguir fazer as crianças e adolescentes terem a capacidade de poderem sonhar com um futuro melhor e construir projetos para sua vida diante da sociedade.

CAPÍTULO II: O LUGAR DO SERVIÇO SOCIAL DENTRO DA ESCOLA.

2.1 A EDUCAÇÃO ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL;

Considerando o significado de política como oriundo do objetivo gerado da polis, que representa tudo que se refere a cidade, ao que é urbano, civil e público. Tal maneira, a política expandiu-se, passando a ser regulamente utilizada para indicar atividades, de qualquer maneira, tem como menção a polis, ou seja, o Estado.

Sendo assim, a definição de política considerada como forma de exercício ou de práxis humana, está exatamente ligado ao poder, “sendo que o poder pode ser definido como relação de domínio do homem sobre o meio ou sobre outros homens” (OLIVEIRA: 2005; p.30). Porém o poder político complementa a classe da autoridade do homem em cima de outro homem e não ao poder sobre a natureza.

A autora acima citada, enfatiza também que, ainda a contingência de recorrer à força, seja a parte que identifica o poder político das diversas formas de poder, isso não caracteriza que ele dedica na utilização da força. Desse modo, a execução é uma circunstância necessária, mas não o bastante, para a realidade do poder político.

A única coisa que se pode dizer é que, se o poder político, justamente em virtude do monopólio da força, constitui o poder supremo num determinado grupo social, os fins que se pretende alcançar pela ação das políticas sociais são aquelas que, em cada situação, são consideradas prioritários para o grupo (ou a classe nele dominante) (BOBBIO: 1992; p.957).

Dessa forma, o fim político andaria ligada aos interesses de uma determinada organização, social que possui o exercício exclusivo do poder coercivo. Tal análise, é essencial para a percepção do contexto que derivam as políticas sociais.

O procedimento de formulação, inserção, observação e administração das políticas públicas, que visam ao atendimento dos problemas sociais intrínsecos relaciona-se com as possibilidades que é estabelecida pelas conjunturas aos governos que as constituem. A manifestação dos objetivos das políticas de caráter social, a sua característica e extensão, estão unidos a projetos e conceitos de governo e de organização social. Assim, Dourado (2007), ressalta que a Política de Educação é vista de forma ampla pelo fato de ser indispensável ao desenvolvimento social do homem, cujas políticas e gestão devem se organizar e se integrar de forma tal que possa ser acessível a todos, para tanto se faz necessário para o desenvolvimento e o comprometimento de diferentes atores incluindo gestores escolares aos diferentes sistemas

de ensino. Coobando-se que a educação não é só obrigação do Estado, mas também da gestão que por sua vez deve estar integrada com as legislações que auxiliam no processo de direito à educação através de políticas públicas que visam melhorar o cenário da educação brasileira.

A política social reflete, assim, a direção política das relações econômicas. A política social intervém no hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade (OLIVEIRA: 2005; p.31).

Assim, ação social do Estado consegue dizer respeito em tal grau a promoção da justiça social, quão grande ao combate da miséria. Nesse sentido, as políticas sociais chegaram ao Estado de bem-estar social, com vários efeitos perversos de ações indispensáveis, ao induzir mudanças nas comunidades. Mas infelizmente no Brasil a situação foi outra.

As políticas sociais no Brasil desenvolveram-se em uma circunstância de muito contraste, frisado pela desigualdade dessas políticas. Tais políticas, em essencial aquelas de cobertura vasta, universal, houveram um progresso tardio, se defrontando a maioria dos países do mesmo aspecto econômico.

A existência das políticas sociais brasileiras, na sua atual realidade visam, principalmente, a redução da pobreza, para conseguir tirar da miséria aquelas que não tem condições de alcançar a mínimas condições de sobrevivência. Isto tudo acontece através de manifestações, que apresenta fortes compreensões populares pela expansão dos direitos sociais, de cobertura universal de políticas de maior ingresso, a saúde, educação, habitação e previdência, entre outros.

As décadas de 1960 e 1970 foram determinadas pelo o autoritarismo forçado por mais de 20 anos de regime militar, colocado por meio do golpe de Estado, mais também tiveram algumas reflexões das políticas sociais de ampla cobertura e extensão universal. No plano educacional, o desenvolvimento do direito a educação de quatro para oito anos estabeleceu uma principal medida de ampliação da escolaridade dos brasileiros.

O final dos anos 1970 e no início dos 1980 foram marcados pela luta em favor da democratização da educação, da ampla defesa do direito a escolarização para todos, da universalização do ensino e da reivindicação por maior participação da comunidade na gestão da escola (OLIVEIRA: 2005, p.32)

Assim sendo, a Constituição Federal de 1988, em que estime suas diferencias, estabeleceu em seu texto muitas das bandeiras que os movimentos sociais apegaram nos anos

anteriores, não só que se relata ao maior acesso a educação, mais aos direitos sociais em geral.

A educação, como uma das mais importantes manifestações políticas sociais, manifesta-se nesta conjuntura que se analisa nos países latino-americanos, uma característica dual e contraditória, ao mesmo tempo, no qual se declara como uma política social de caráter universal.

O desenvolvimento da escolaridade e o crescimento de grupos de alunos recebidos nos sistemas e redes públicos, na maior parcela dos países desse subcontinente, é um dos indicadores desta tendência. Tem sido conduzido pelo fundamento da focalização.

Esta orientação tem conduzido a política educacional a se concentrar em medidas que asseguram o acesso e a permanência de grupos mais vulneráveis socialmente na escola. Como exemplo, as cotas para negros nas universidades públicas e os programas de distribuição de renda mínima, como o Bolsa-Escola (OLIVEIRA: 2005; p.36).

Assim, pode-se observar que a política educacional no Brasil, dispõe de maior perceptibilidade a programas de inserção propícia e dedicado menor concentração as questões da universalização.

Isso vem ocasionando mudanças na educação, em curso desde os anos de 1990, na busca de técnica e agilidade administrativa. O entendimento sobre a produtividade, eficácia, excelência e eficiência, serão um complemento para as teorias administrativas para as teorias pedagógicas, ao mesmo tempo, em que a escola passa a ser a maior relevância na unidade administrativa. Contudo, esta não é uma aptidão observado só nas políticas educacionais, também é uma orientação atuante na administração pública brasileira.

A “batalha” pela democratização do ingresso a educação, considerado como um direito público, abstrata, a que todos os cidadãos brasileiros têm garantia, logo a cobertura enorme e caráter universal, passa a ser restrita a uma política de assistência social. Desta forma decorre por vários meios, envolvendo as políticas de financiamento, de características mais permanente, a ganhos e premiação esporádicos.

Portanto a educação surge como uma porta principal de meio acesso aos “bens culturais e um caminho para a emancipação dos sujeitos”. Saveli; Tenreiro (2012, pág. 53). Pois é por meio dela que adquirimos sabedoria primordial, para melhor envolve-se, de modo independente e consciente nos diversos espaços sociais, políticos e no mundo do trabalho.

Bobbio (1992; p.65) enfatiza que, “no meio social contemporâneo, quaisquer textos legais apresentam o direito a educação como fundamental a própria construção do Estado de direito”.

Nesse sentido, aos poucos, a educação escolar enquanto política social foi criando espaço, sendo reconhecida e ganhando garantia ao acesso dos cidadãos nesses espaços, por meio de registros legais, muito dos quais tem características internacional, por países de Organização das Nações Unidas, como é o fato escrito no Art. XXVI da Declaração dos Direitos Humanos, de 1948.

Advém, que a partir de 1948, com a Declaração dos Direitos Humanos, é mencionado que todo cidadão tem o direito a educação, que, por sua vez, pretende o total desenvolvimento do ser humano. A educação enquanto política social, para que seu direito esteja garantido deve estar escrito da forma da lei.

O contorno legal indica os direitos, os deveres, as proibições, as possibilidades e os limites de atuação. Tudo isso causa enorme impacto no cotidiano das pessoas, mesmo que nem sempre elas estejam conscientes de todas as suas implicações e conseqüências (CURY: 2002; p.246).

Nesta linha de raciocínio, a educação social se constitui como uma ferramenta, onde que os cidadãos têm o direito de usufruir a igualdade de oportunidades. Desse modo, esta política é instituída em lei, torna-se a responsabilidade do Estado a garantir o acesso de todos por meio da gratuidade.

A afirmação da política educacional inscreve os direitos sociais, garante a sua firmação da sua origem social e político e se expõe como objeto que requer o reconhecimento de todos requerendo a permissão social e político.

Vale salientar que, é essencial quanto segurar conhecimento de quantos ou quais serão os direitos humanos, ou de qual é a natureza e a razão de tais direitos, é primordial se pensar no modo mais adequado para garantir e impedir que sejam violados, através da educação social, ou seja, política social.

A educação encontra-se exatamente vinculada com a cidadania. Segundo o autor Marshall (1967, p.73), “a educação é um pré-requisito necessário da liberdade civil”, com isto é um exercício básico para outras políticas sociais, ou para outros direitos.

Diante disso, podemos dizer que a educação enquanto política social, vem sendo direcionado através das políticas públicas do Estado, trazendo novas formas de desenvolver a aprendizagem do aluno e como melhorar as suas demandas dentro e fora da escola.

Nesta reflexão, no próximo ponto falaremos, mais dessas novas estratégias que o Estado traz para melhorar a política educacional e as demandas encontradas dentro da escola e fora dela. E a estratégia do Estado é a inserção do Serviço Social neste contexto educacional, agilizando ainda mais o seu processo em transformar crianças e adolescentes em cidadãos de emancipação.

Podemos sim melhorar a educação do país, basta cada um fazer sua parte de acordo com a função desempenhada como profissional e cidadão. Cabendo não somente ao Estado desempenhar esse papel, mas também aos gestores, professores, alunos e pais.

A educação deve ser a ferramenta mais poderosa do nosso país, pois é através dela que conseguiremos um futuro melhor, uma posição de igualdade na sociedade.

2.2 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO BRASIL.

As escolas de Serviço Social no Brasil surgem no ano de 1936. Esta época, é conceituado um marco na história para profissão e do Brasil, pois se caracteriza pela ruptura com a imagem econômica vigente, agroexportador, e por desalinhar do poder político, que até naquele momento era realizada em rotatividade pelos Estados de São Paulo e Minas Gerais, na chamada política de café.

No período da primeira guerra mundial, caracteriza-se com várias manifestações dos movimentos sociais no Brasil, trazendo as evidências da pobreza e melindrosa condições de trabalho vividas pela população trabalhadora, formados essencialmente pelos emigrantes nas indústrias brasileiras. Esses é o quadro que é dominado pela emergência da questão social no Brasil.

Na década de 1930 até metade dos anos de 1940, há uma forte correção ao movimento do proletariado, sobretudo a sua composição autônoma. Coerentemente, uma estratégia para enquadrar esses trabalhadores, é a institucionalização da utopia do Estado Benfeitor pelo meio das regulamentações de justiça social, harmonia social, e etc. Com isto, institui a legislação de proteção ao trabalho, cria o Ministério do Trabalho, o Ministério da Educação e Saúde Pública e os Institutos de Aposentadoria e Pensão (WITIUK: 2004; p.18).

Nesta fase a política social terá várias formas por dentro da legislação trabalhista e sindical, posta inicialmente aos setores vitais para agro- exportação e seguidamente generalizada para maior parte dos trabalhadores.

No campo político a incerteza das novas ações e sua tentativa de recuperação, mediatizada pelo Estado, nesse contexto de excitação das incompatibilidade entre as oligarquias

regionais, provavelmente desposta, de movimentos das áreas urbanas médios e ascensão da política sindical dos trabalhadores, constitui uma estabilidade instável entre as mesmas. E essa estabilidade instável leva a permear o procedimento político no decorrer dos anos de 1930 e 1940 no Brasil.

Nesse período, a indústria emerge como centro da economia capitalista numa crescente busca de vinculação com o mercado mundial. O Estado se reorganiza e a Igreja Católica que com a primeira Constituição Republicana perdera muitos de seus privilégios e prerrogativas, aos poucos, através de seu apoio incondicional à burguesia cafeeira vai reconquistando espaços e construindo uma unidade com o Estado, ampliando sua área de influência (Ibidem; p.19).

Nesse sentido, a Igreja Católica ligada ao Estado pela opressão comum de resguardar e estabelecer a ordem e a disciplina social entre a movimentação da classe trabalhadora com a classe burguesa, a partir disso criaram diversos projetos corporativos, que determina os mecanismos de ação e controle da sociedade.

Por trás do seu movimento laico a Igreja se dispõe a tarefa de recristianização da sociedade burguesa e de regeneração do proletariado livrando da intervenção de lideranças inoportuno.

O movimento laico católico atuara inicialmente através de instituições assistenciais como a Associação das Senhoras Brasileiras (Rio de Janeiro) e Liga das Senhoras Católicas (São Paulo), junto as Vilas operarias e ao proletariado numa perspectiva de assistência preventiva, de apostolado social, minorando as sequelas do desenvolvimento capitalista, priorizando nesse atendimento as crianças e mulheres (Ibidem; p. 21-22).

As evidencias confirmam que este movimento culmina com a criação das primeiras escolas de Serviço Social, que tem como suporte à criação sócio - histórica e contingência da questão social, que representa como uma resposta da sociedade, as ações e lutas sociais, nasce essencialmente no momento da opressão do movimento laico.

Há de considerar que este movimento ligado à Igreja Católica tem como pressuposto de dinamizar a movimentação do laicato e dar maior efetivação aos trabalhos executados pelas obras determinados pela filantropia das classes dominantes. Essa mobilização criou uma elaboração do Centro de Estudos e Ação Social (CEAS), responsável pela preparação dos técnicos especializados, para as situações da ação social, disseminação da doutrina social da Igreja e a luta as ideias liberais e comunista.

Esse quadro de técnicos especializados vai atender também a uma demanda existente no Estado e que se intensifica com a criação de instituições estatais como: o Departamento de Assistência Social, criado em 1935; o Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938; a Legião Brasileira de Assistência, em 1946 e a Fundação Leão XIII, também em 1946 (Ibidem; p.22).

Portanto através dessas instituições filantrópicas, o Assistente Social passa a ter como objetivo prioritário de prestar serviços de assistência e suporte social, e construir diversos Serviços Sociais nas várias áreas.

A criação da Legião Brasileira de Assistência é uma das primeiras instituições que o Serviço Social foi inserido, com o propósito de “promover as necessidades das famílias cujos chefes hajam sido mobilizados, e ainda, prestar decidido concurso ao governo em tudo que se relacionava ao esforço de guerra” (IAMAMOTO; CARVALHO: 2006; p.250).

Desse modo, a LBA, vem sendo trabalhada a partir da determinação do governo, que investia na instituição de um modo de incumbir as suas participações, apresentando também com o auxílio das enormes corporações patronais, como a Confederação Nacional da Indústria e a Associação comercial do Brasil.

No seguimento do seu objetivo em trabalhar a favor do desenvolvimento Serviço Social, proporcionando um apoio resistente as escolas especializadas existente. Neste sentido a instituição será o motivador para a inserção e programas dos serviços das novas escolas.

A Legião Brasileira de Assistência será de grande importância para a implantação e institucionalização do Serviço Social, contribuindo em diversos níveis para a organização, expansão e interiorização da rede de obras assistenciais, incorporando ou solidificando nestas os princípios do Serviço Social, e a consolidação e expansão do ensino especializado de Serviço Social e do número de trabalhadores (Ibidem; p.252-253).

Em 1942 é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), com o intuito de coordenar e administrar as escolas de aprendizagem para industriários. Este instituto surge por meio de um Decreto Federal, que fornece a uma corporação de classe, a Confederação Nacional da Indústria, a função de gerenciar esta entidade.

[...] Será um grande empreendimento de qualificação da força de trabalho, especialmente a juvenil, que rapidamente incorpora o Serviço Social em seu esquema de atuação. Portanto o SENAI é uma das primeiras instituições a inserir e regulamentar o Serviço Social não somente a serviços assistenciais, mas durante os métodos que são postos em prática, para atingir os fins determinados, executando as técnicas de caso e de grupo (IAMAMOTO E CARVALHO: 2006; p.253).

Diante desse contexto, a partir de 1940, o Serviço Social inicia o progresso conservador passando referências franco-belga de aspecto doutrinário, para uma união com o funcionalismo estadunidense, em uma perspectiva psicologizante.

O perfil do profissional nessa tendência pragmática expressa uma atividade sócio-educativa disciplinadora do operário e família. O sistema metodológico precisa de funções curativas e preventivas dos problemas sociais individuais. Com isso a assistência psicossocial se inscreve no sentido de adequação às regras sócio- institucionais.

Witiuk (2004; p.25), discorre que a existência dessa demanda proveniente das instituições estatais é retratada por Maria Esolina Pinheiro em seu livro “Serviço Social Infância e Juventude Desvalidas: aplicações, formas, técnicas e legislação”. Demonstrando que esta demanda oriunda do Estado e dos governos estaduais também se relatava no âmbito da Política Social de Educação e mais notadamente nas escolas.

Em 1928 em Pernambuco, durante um ato governamental, o governo estadual determinou a criação de “um corpo de visitantes, que tinha como função zelar pela saúde dos escolares e visitar as famílias dos alunos, a fim de conhecer o meio que estes viviam, e incentivar nos pais, hábitos sadios” (PINHEIRO: 1985; p.46). Por isso a autora ainda afirma que as atividades postas ao Serviço Social na intervenção no ambiente escolar são como um agente de ligação entre o lar e escola, onde que desempenha relevantes funções.

No entanto, a escola sendo uma das ferramentas privadas significativas para a conservação da hegemonia, o Serviço Social será requisitado para a atuação de atribuições que condizem às relações no método de vigilância da moral e da sociabilidade das famílias empobrecidas.

O Serviço Social brasileiro teve uma influência acerca do Serviço Social europeu, no que era mais carente na instrumentalidade do profissional, onde as atividades de caso, grupo e comunidades, passaram a ser desenvolvidas no Brasil.

Destaca-se ainda como uma das influências do modelo de Serviço Social estadunidense o Serviço Social Escolar. A atuação do Serviço Social na Escola, nos Estados Unidos da América tem sua origem entre os anos de 1906 e 1907, sendo que as primeiras cidades dos Estados Unidos a instituírem a presença do Assistente Social nas escolas foram às cidades de Nova York, Boston e Hartford. (WITIUK: 2004; p.25-26).

As reflexões afirmam que, o Serviço Social escolar no Brasil, adotado através do modelo Americano, está baseado no Serviço de casos individuais, por meio da assistência individual a pais, professores e alunos, com a execução de inquéritos executados prioritariamente no

domicílio da criança. O Serviço Social busca detectar as causas das dificuldades de aprendizagem, bem como de unir casa/escola ou escola/comunidade.

Em busca dessa união, os responsáveis pretende esclarecer as causas do nível de escolaridade, a frequência irregular do aluno, decorrentes da falta de compreensão dos pais em não acompanhar o desenvolvimento do seu filho na escola, por ser distante do ambiente educacional, com a desculpa de não ter “tempo”, por causa das dificuldades financeiras criando toda a sorte de embaraços.

Nesse sentido o Assistente Social executa junto ao educando e sua família, tipificando as demandas sociais que reproduzem no desenvolvimento escolar, proporcionando ações ou requisitando serviços que possibilite a adaptação do seu meio, ao ambiente escolar, onde traz a possibilidades da inclusão social.

Durante toda essa época, o Serviço Social se estabelece no campo educacional, teremos várias referências escritas sobre seu progresso neste campo ocupacional, são trabalhos escritos como o propósito de terminação de curso e de ficar na história mais uma luta da profissão. Para incluir o seu marco, descrevendo as ações feitas pelo o Serviço Social no ambiente escolar.

Uma das referências importantes é o trabalho feito por Maria Teresa Guilherme, nomeado “Serviço Social Escolar”, sendo publicado em São Paulo no ano de 1945. A autora no seu trabalho traz a perspectiva da unidade Família, Igreja e Estado.

A autora ressalta, como competência do Serviço Social no ambiente escolar é, “curar e prevenir desajustamentos, contribuir com eficiência em todas os setores escolares para o desenvolvimento harmonioso e integral da criança, através de métodos adequados” (GUILHERME: 1945, p.79)

Há de considerar, que a família é uma sociedade imperfeita, e através disso a sua atuação por si só é insuficiente, por esse motivo tem o aparecimento da instituição social da escola, um acréscimo para família, tal qual precisa harmonizar a sua educação e sua vivência na sociedade.

As expressões da questão social, base sócio- histórica da Profissão de Serviço Social são caracterizadas nas décadas de 1940-1950, com o pauperismo, crianças e mulheres trabalhando, alfabetismo, evasão escolar, estas expressões também são expressas no espaço educacional, com isto é essencial a requisição do assistente social nesse espaço.

Outra produção importante que destaca essa requisição do trabalho do Assistente Social no espaço escolar é a produção de AMARO, BARBIANI e OLIVEIRA (1997). As autoras ao fazerem o resgate do Serviço Social no espaço da escola no Rio Grande do Sul, destacam que em 25 de março de 1946, através do decreto de nº 1394, o Serviço Social é implantado na Secretaria de Educação e Cultura, vinculado ao programa geral de assistência ao escolar (WITIUK: 2004; p.29).

Referente a requisição do trabalho do assistente social, as ações produzidas pelo Serviço Social estão voltadas para as identificações das demandas sociais emergentes que reflete no método de aprendizagem do aluno, bem como no progresso de atividades que possibilitam a adaptação dos estudantes nas escolas e o equilíbrio da comunidade junto a escola.

Nesse contexto o Serviço Social tem a obrigação de executar suas funções que são averiguar da situação social e econômica das famílias dos alunos; orientar a organização e o funcionamento de entidades que congreguem professores e pais de alunos; realizar triagem de alunos que necessitem de auxílio para material escolar, transporte, tratamento médico e dentário (AMARO; BARBIANI; OLIVEIRA: 1997; p 52).

Pode se observar, que as autoras demonstram uma perspectiva sobre essas funções do Assistente Social no espaço escolar, é uma junção de princípios ao Projeto Político do Estado, tipificando o Serviço Social como legitimador da ordem vigente. Os assistentes sociais eram solicitados a intervir em acontecimentos escolares, analisados como desvio, irregularidades e anormalidade sociais.

A atuação do Serviço Social, segundo a legislação aprovada em Pernambuco em 1949, era uma atividade considerada complementar à educação. A profissão não tinha o reconhecimento enquanto profissão da área da educação, não havia uma especificidade na educação que coubesse ao Serviço Social, mas entendia a lei que esta era uma profissão cuja intervenção se fazia necessária (WITIUK: 2004; p.34).

Nesse ponto de vista, no Art. 238 da legislação aprovada em Pernambuco, o Serviço Social deveria atuar em descobrir os problemas de desajustamento escolar dando a solução adequando, quando era possível, oferecer aos interessados elementos de pesquisa e estudo, de natureza social, servindo-se da contribuição psicopedagogia fornecida por outros setores da administração escolar, com isto o assistente social na escola tinha que dar toda assistência social no seus variados sentidos dentro do ambiente educacional.

O que pode observar nesse contexto histórico exposto até agora, é que o requerimento da área de educação de um profissional que execute sobre as expressões da questão social, que expressa nas escolas brasileiras, se faz corrente desde de 1928, naquele que poderia intitular como protoformas de Serviço Social. Sendo assim pode se dizer que, o Serviço Social é inserido na educação, ou seja, na escola, no período de 1940, quando acontece também e ao mesmo tempo a sua inserção em outros espaços ocupacionais.

No entanto, é a partir da década de 1990, em consonância com o amadurecimento do projeto ético-político profissional, que se visualiza no Brasil um considerável aumento do Serviço Social na área da educação. Uma das referências desse processo histórico é o crescente número de trabalhos inscritos nos Congressos Brasileiros de Assistentes Sociais desde 1995(CFEES: 2011; p.5).

As evidências confirmam que a inserção do Serviço Social no campo da política de educação, nos divergentes níveis de ensino, portanto em diferentes espaços, tende a contribuir para o ingresso, regresso, estadia e o êxito das crianças e adolescentes na escola pública, principalmente as das periferias.

Diante disso, havendo referências de profissionais nessa área e compreendendo que as viabilidades inclusas na própria legislação, regulamentando a política da educação brasileira, que na visão de Martins (2014; p. 53-55), “o trabalho do assistente social ocorre em três eixos: a dimensão sócio-educativa da profissão, o segundo é a democratização da educação e por último a articulação da política de educação com as demais políticas”

Portanto o assistente social na educação poderá exercer sua profissão com todos os membros da comunidade escolar, havendo possibilidade de estimular um processo reflexivo que cerca a percepção objetiva da vida social, e da vida de cada indivíduo, e das circunstâncias sociais e históricas que norteiam a sociedade. Com isso, essa atividade proporciona a politização em volta de diferentes temas que decorre no ambiente escolar e social.

Assim, o trabalho socioeducativo do assistente social, coerente com o projeto-ético político profissional, assumira um caráter emancipatório, fortalecendo as lutas das classes subalternas e não um caráter de enquadramento disciplinador, próprio da perspectiva conversadora, apesar desta ainda estar presente na profissão (MARTINS: 2014; p.57).

Esse procedimento é importante para a construção de uma ponderação crítica de todos incluídos no ambiente escolar, no sentido que é fundamental a compreensão da cultura para os assistentes sociais a capacidade para as suas ações profissionais, enredada na correlação direta com as formas vividas dos sujeitos sociais no cotidiano.

Desta forma, os assistentes sociais deverão identificar os modos de como os perfis dos estudantes possam se tornar numa identidade social, quebrando todo o senso comum dos alunos, pois a escola é um terreno que deveria ter uma criação de uma vontade política para ser capaz de romper com o instrumental que funda a ordem capitalista.

Sendo assim, um dos maiores desafios do Serviço Social na escola é conseguir abrir as suas portas para uma trajetória de atenção a criança, ao adolescente e a família, com o objetivo

de firma a sua primordial função, que é a sua conexão pedagógica, que pretende socializar a sua aglomeração de conhecimentos teóricos gerado pela sociedade ao longo das décadas.

O Serviço Social contribui, significativamente, na reorganização da relação entre a escola e as instâncias pertencentes ao Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes (SGDCA), que tem como objetivo fundante garantir todos os direitos das crianças e adolescentes, entre eles o direito a educação (Ibidem; p.58).

Essa atuação é de uma relevância considerando a um ponto estratégica que as escolas ocupam nos lugares territoriais, como uma das instituições mais existentes na vida comunitária, proporcionando, portanto, o acesso as famílias, essencialmente aqueles em situação de vulnerabilidade social.

O Serviço Social no ambiente escolar ocupa um espaço significativo para as suas mediações e articulações entre escola/comunidade, trazendo suas competências e atribuições profissionais, na direção de uma perspectiva emancipatória.

É nesse contexto histórico, que o Serviço Social é inserido na educação, considerando como uma política pública, direito do cidadão e dever do Estado. O Serviço Social vai incluir no seu registro político a importância de uma escola democrática, assegurando o acesso de outras políticas.

Enfim, o Serviço Social na educação é necessário reconhecer e entender a sua incorporação no trabalho coletivo da escola, sendo importante proporcionar uma ação interdisciplinar reunidos esforços, pretendendo consolidar a educação como um direito social.

Uma escola democrática, onde que possibilite a construção de sujeitos históricos, críticos e emancipadores, trazendo formas de sociabilidades na elaboração de uma nova sociedade.

CAPITULO III: A MAGNITUDE DO SERVIÇO SOCIAL NA POLÍTICA DA EDUCAÇÃO

3.1 METODOLOGIA DO ESTUDO.

Refere-se a uma pesquisa de natureza exploratória, descritiva com abordagem qualitativa fundado em uma pesquisa bibliográfica. Já que, nos permite pesquisar o tema com mais aprofundado, e procurar uma compreensão dos fenômenos pesquisados, procurando analisar nos autores a sua interpretação referente a Política de Educação e a inserção do Serviço Social no contexto educacional.

Os estudos exploratórios são pesquisas de estudo empírico em que o propósito é a construção de um problema ou questão, na construção do desenvolvimento das hipóteses, crescendo a aproximadamente do autor da pesquisa e o espaço em que se encontra, permitindo na descrição do fato ou fenômeno, gerando suporte para a efetivação do estudo, clareando as suas definições (MARCONI; LAKATOS: 2010).

Conforme Cervo; Bervian; Silva (2007), o estudo descritivo observa, registra, verifica e cria uma ligação aos fatores e fenômenos não havendo manipulação, buscando entender as várias situações e relações que ocorrem na vida econômica, social, política e outros aspectos da conduta das pessoas, de uma forma individual ou em grupos com mais complexidades.

A pesquisa qualitativa, aborda em seu aspecto forma de estudo que proporciona interpretar e analisar os elementos com mais profundidade, tenha em vista a forma de descrever com mais complexidade o comportamento humano dentro e fora da escola, gerando análises mais detalhadas na relação das tendências e investigações desse tal comportamento e as expressões da questão social.

Tratando-se de uma pesquisa bibliográfica conceituam que é “um procedimento que busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre determinado assunto, tema ou problema” (Ibidem; p.60).

A pesquisa foi desenvolvida primeiramente, na investigação de encontrar artigos e livros que apresentassem a temática do estudo, sendo que foram conduzidos pelos periódicos e livros de aspectos mais específicos para a caracterizar a discussão do trabalho. A procura foi executada através da internet e por meio de acervo de livros, tópicos como: “serviço social no espaço escolar”, “política de educação”, “políticas públicas” e entre outros.

Na abrangência de procuras por acervo para a pesquisa, foi possível deparar com vários materiais, onde que foram selecionados 14, entre periódicos e livros, para a discussão acerca

do assunto proposto. E foi feita uma sinopse circundante entre os anos de 1960 e 2012, mesmo no contexto de amplo número de trabalho acerca do estudo, pouco se achou na característica requerida no trabalho, com isto teve a falha de obras científica com os anos não normalizado.

A literatura pesquisada permitiu analisar todos os aspectos de forma abrangente, especulando e contextualizando de acordo com os trabalhos encontrados e com isso formulando uma pesquisa bibliográfica. É relevante ressaltar que fazendo uma análise específico sobre a proposta de estudo, pouco se encontrou em arquivos acadêmicos. O que impossibilitou tecer de modo mais esmiuçado articular sobre o tema.

3.1.1 Fases da construção do Trabalho

Tabela 01 - Fases da construção do trabalho

FASES	PROCEDIMENTOS
Fase 1- Busca de acervo	Houve uma leitura rígida do material da temática;
Fase 2- Metodologia da pesquisa	Exploratória, descritiva com abordagem qualitativa fundamentada em uma pesquisa bibliográfica;
Fase 3- Resultados e discussão da pesquisa	Essa fase realiza-se no terceiro capítulo, o percurso descultivo do primeiro e segundo capítulo nomeado explicativo desse contexto histórico, sobre a inserção do Serviço Social no espaço educacional;

Fonte: Primária, 2018.

3.1.2 Tipificação do material

A partir da cautelosa averiguação de estudo foi possível escolher autores de artigos, teses e livros que apresentam circunstâncias mais específicas do estudo a ser desenvolvida com a alagação do trabalho. O que pode ser visto na tabela 2. Sendo que o quadro abaixo objetivando as obras, não pela sua relevância, privilegiou-se seu ano de publicação, do trabalho dos autores utilizando nesta pesquisa. As obras selecionadas visam-se de forma mais próxima ao estudo, retirados do capítulo 1.

Tabela 02 – Tipificação do material Capítulo I

TITULOS	AUTORES	ANO/PAIS/BASE DE DADOS/REVISTA/LIVRO	DELINEAMNETO DO ESTUDO
Projeto Pedagógico e escola de periferia: sonhou ou pesadelo?	SILVA; Maria Helena Galvão Frem Dias	2010/Brasil/ Artigo (Internet)	A importância de uma construção pedagoga nas escolas da periferia
História da educação.	ARANHA; Maria Lucia de Arruda	1996/Brasil/ Moderna/ livro	A educação no Brasil
As políticas educacionais: dos princípios de organização a proposta da democratização	PIANA; Maria Cristina	2009/ Brasil/Artigo (Internet)	As políticas educacionais no brasil
O repensar da educação	GOLDEMBERG; José	1993/ Brasil/ Revista	Um panorama detalhado da educação no Brasil

Fonte: primaria 2018

Na tabela 3 estão destacados os respectivos estudos e os principais autores utilizados no segundo capítulo, referente ao contexto que se trata da educação enquanto política social e a inserção do Serviço Social na escola.

Tabela 03 – Tipificação do material Capítulo II

TITULOS	AUTORES	ANO/PAÍS/ BASE DE DADOS/ REVISTA/ TITULO	DELINEAMNETO DO ESTUDO
A trajetória sócio-histórica do serviço social no espaço da escola.	Witiuk, Ilda Lopes	2004/ Brasil/ tese	Protoformas e institucionalização do Serviço Social no espaço da escola: conformação de estratégias e ajustamento social.

A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização	OLIVEIRA, Dalila Andrade	2005/ Brasil/ Revista	A política educacional como política social: apontamentos finais
Dicionário de política	BOBBIO, Norberto	1992/ Brasil/ Livro	Significado de política
Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico.	IAMMAMOTO, Maria; CARVALHO, Raul de	2006/ Brasil /editora Cortez/ livro	Instituições assistenciais e Serviço Social

Fonte: primaria 2018

3.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Entender a Política de Educação no Brasil faz necessário um estudo aprofundado, para compreender os avanços e recuos na observação atual e perpassa pelas interferências de todo um contexto político social. Tudo isso para chegar a compreensão do sistema educacional do Brasil, para entender as reformas que aconteceu na sua trajetória histórica.

O que se propõe neste contexto histórico da Política de Educação, melhor verificando o estudo Alves (2008), no qual retrata que a educação começou com os princípios doutrinados da Igreja Católica, trazido pelos jesuítas quando saíram de Portugal, para servirem no Brasil. Esta atividade teve influência com a vida da família Real para o Brasil, com isso os jesuítas foram expulsos da administração da educação, onde que assumiu o posto foi o Marques de Pombal, com o intuito de ergue as produções de trabalho que estava caído. Por isso a escola tem um retrocesso, e não sai da doutrina Católica (ARANHA; 1996).

Diante das movimentações das reformas de ensinos, tendo o preparo para melhorar os professores, o plano de educação, mas Alves (2008), fala que nada muda. Infelizmente não tivemos sucesso durante tempo. No que poderia ter encontrada soluções para a melhoria de ensinamento nas escolas daquela época. A educação tinha arrastado por todo século XIX desorganizada, sem ter garantias de acesso para as pessoas no ensino primário e secundário (ARANHA; 1996).

Piana (2009), trata de uma criação do Ministério da Educação, que trata de organizar todo contexto de educação no Brasil, que este ministério tinha como objetivo em orientar e

coordenar as reformas educacionais. E um dos marcos desta reforma é o governo ter adotado na Constituição de 1934 o ideário político educacional presente no manifesto dos pioneiros.

Nesse sentido a Política de educação vai ganhando mais espaço na sociedade brasileira, ou seja, para os “poderosos”, pois foi nessa Constituição que pela primeira vez a educação ganha espaço e torna direito de todos e dever do Estado em administrar.

A Política de Educação passa a ser em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, trazendo todos os regulamentos, os princípios e deveres do Estado, Município, nas escolas públicas do Brasil.

Sabendo que a educação é umas das mais importantes manifestações políticas sociais, pois é através delas que as crianças e adolescente tem a oportunidade de aprender mais conhecimento, no que acabam tendo oportunidade de crescer e ter uma vida digna na sociedade.

Neste contexto histórico a educação Oliveira (2005), é marcada pela luta em favor da democratização, no sentido de ter ampla resposta no direito a escolarização para todos os cidadãos, pois é através dela que adquirimos o conhecimento para melhor envolver na sociedade, nos espaços políticos e no mundo do trabalho.

A partir de então as escolas passam a ser vista como uma instituição de inclusão social de estrema expressão da sociedade, pois recebem uma diversidade de alunos em contextos diferentes e realidades distintas, leva consigo uma série de demandas sociais.

Segundo Iamamoto e Carvalho (2006), na década de 1930 no Brasil, surgiu a profissão de Serviço Social, com o intuito de prover os direitos das pessoas, desde então vem ampliando sua atuação nas diversas áreas, buscando seu reconhecimento como um profissional na sociedade, e uma das áreas de atuação do Serviço Social está afirmado é na educação.

As fontes afirmam que a educação é um dos componentes que o Serviço Social tem alcançado, é o seu dever em assegurar o direito que todo cidadão, que dispõe com os princípios fundamentais da Constituição Federal, como também o reconhecimento do trabalho socioeducativo posto nas suas atividades diárias como profissional (WITIUK; 2004).

Witiuk (2004), o Serviço Social na sua inserção na Política de Educação teve uma influência no modelo do Serviço Social americano, nos casos individuais, para os alunos e os seus pais, professores, executando suas atividades na escola e no seu domicilio. E o Serviço Social pretende atuar em unir a escola/comunidade e a escola/casa, para poder identificar a questão social nesses espaços.

As primeiras instituições a adentrar o Serviço Social como profissional, em contribuir com eficiência em todos setores, para ter um progresso com a Profissão foi a LBA e o SENAI,

pois estas instituições atendem famílias e jovens e para manter a ordem, tinha o Assistente Social para essa função (IAMMANOTO; CARVALHO; 2006).

Nesse sentido as instituições será um “espelho” para introdução de programas e serviços sociais através da profissão de Serviço Social, no aspecto em poder transformar a escolas democráticas e trazendo mais conhecimentos, para os jovens que usufrui deste direito.

Só que o Serviço Social se afirmar no ano de 1990, com o amadurecimento do Projeto Ético Político da profissão, onde que passa a se ampliar no espaço socio educacional. Pois este marco histórico vem se dando através de inúmeros trabalhos inscritos nos Congresso Brasileiro de Serviço Social.

Portanto o trabalho do Serviço Social no âmbito educacional, não se fecha apenas aos alunos ou tratamentos individuais, mais se desenvolve as ações juntas a famílias, aos professores, e aos demais trabalhadores, pois o profissional vai fortalecer o vínculo entre a escola e família.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível reconhecer a importância do Serviço Social na sua trajetória histórica como profissão, na inserção no campo educacional e na sua contribuição como profissional neste espaço. Contudo a sua relação profissional no âmbito escolar é poder ter a possibilidade de executar o seu trabalho de uma forma que possa contribuir e compreender na identificação das demandas sociais encontradas neste lugar.

A profissão identifica criticamente seu funcionalismo pragmáticos, diante das oportunidades circulares de revolução passiva e ainda determina formas significativas para o desenvolvimento das ações institucionais, com a direção social de natureza emancipatória.

Neste sentido, o desenvolvimento da atuação profissional do Serviço Social no ambiente escolar é mais um dos desafios da profissão, no sentido de reconhecer como um instrumento essencial para a composição de aspecto na garantia de direitos.

Através da pesquisa bibliográfica dos dados encontrados como o Serviço Social na educação, ainda é pouco discutido, os autores identificados são limitados. Portanto a comunidade acadêmica precisa direcionar a essa dimensão, pois é um assunto recente e que precisa percorrer em todas as áreas ocupacionais, para que seja obrigatório o Serviço Social na educação.

Neste sentido, devemos trabalhar mais esse assunto que muitos ainda desconhecem, pois é um tema que vem desde a origem do Serviço Social, mais foi um assunto pouco discutido. E por se tratar de educação tem que ser analisado a forma de como podemos ser aceito pelos outros profissionais, sem que eles pensam em os assistentes sociais queira tirar o seu lugar, mais que eles pensam que é uma forma de mais um profissional dentro da instituição no intuito em exercer a sua função, em conseguir ampliar a escola em transformar os cidadãos em pessoas emancipadora.

Em fim posso dizer que a inserção do Serviço Social na escola torna-se um desafio constante para a profissão. Pois a escola é uma instituição contraditória e dinâmica que podem ser direcionados de forma que permite transforma sujeitos em cidadãos críticos numa perspectiva de autonomia e emancipatória.

REFERENCIAS

ALCÂNTARA, Guilherme de. **Uma escola da ou para a periferia? A produção das qualidades e dos direitos à educação em uma escola de Duque de Caxias**. 231p. Tese (doutorado educação e tecnologia). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/27362/27362.PDF>
Acesso em: 5 de novembro de 2018.

ALVES, Washihgton Lair Urbano. **A História da Educação no Brasil: da descoberta a Lei de Diretrizes e Bases de 1996**. 93p. Tese (especialista em Metodologia do Ensino Superior). Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium- UNISALESIANO. São Paulo. 2009.

ARANHA, M.L.A, **História da Educação**. 2. Ed. São Paulo: moderna, 2005
BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

CERVO, Amando Luiz; ALCINO, Pedro; SILVA, Roberto da. **Metodologia científica**. 6ª. Ed. São Paulo: person Prentice hall, 2007;

CURY, C.R.J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n.116, p.245262, jul. 2002.

DUARTE, Natalia Souza. **Política Social De Educação E O Percurso Escolar Da População Em Situação De Pobreza**. In: XVI ENDIPE - Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino – UNICAMP- Campinas. Distrito Federal, 2012. Disponível em: www.infoteca.inf.br/endipec/smarty/templates/arquivos_template/.../3174b.pdf. Acesso em: 5 de novembro de 2018.

FRUTUOSO, Paulo Rogerio. **Ações afirmativas e as escolas públicas periféricas**. São Paulo, 2012. Disponível Em: Www.Com/Documentos/Artigo. Acesso em: 5 de novembro de 2018.

GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estud.** av. vol.7. Nº. 18. São Paulo Mai/Agosto. 1993. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141993000200004>. Acesso em: 5 de Novembro de 2018.

IAMMANOTO, Maria Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19ª. Edição. São Paulo: editora Cortez, 2006.

MARCONI, M.de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório publicações e trabalhos científicos**. 7º Ed. São Paulo: Atlas, 2010

OLIVEIRA, Dalila Andrade. A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização. **Linhas Críticas**. Brasília, v. 11, n. 20, p. 27-40, jan./jun. 2005.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. Edição. São Paulo: Ática, 2012.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Disponível em: <http://books.scielo.org>. Acesso em: 5 de novembro de 2018.

SAVELI, Esméria de Lourdes; TENREIRO, Maria Odete Vieira. A educação enquanto direito social: aspectos históricos e constitucionais. **Rev. Teoria e Prática da Educação**. V. 15, n. 2, p. 51-57, maio./ago. 2012.

SCHEFER, Maria Cristina. **Na periferia das periferias: o não-lugar escolar e a pedagogia do destino**. 191p. Tese (Doutorado em Educação. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Leopoldo, RS, 2015.

SILVA, Maria Helena Galvão Frem Dias da. **Projeto Pedagógico e escola e periferia: sonho ou pesadelo?** São Paulo, 2010. Disponível em: www.artigosparaotcc.com. Acesso em: 5 de novembro de 2018.

VALIATI, Claudia Maria de. **Escola de periferia: um olhar em construção**, 2010

VASCONCELLOS, Maria Drosila. A escola da periferia: escolaridade e segregação nos subúrbios. **Revista Educ. Soc.** Campinas, vol. 25, n. 86, p. 273-278, abril 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n86/v25n86a17.pdf>, Acesso em: 5 de novembro de 2018.

VICHESSI Beatriz; NICOLIELO, Bruna. Periferias sem aulas e sem direitos. **Nova escola** Edição 270, 01 de Março de 2014. Disponível em: www.novaescola.org.br. Acesso em: 5 de novembro de 2018.

WITIUK, Ilda Lopes: **A trajetória sócio - histórica do serviço social no espaço da escola**. 326p. Tese de doutorado (curso de Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC. São Paulo, 2004. Disponível em: cress-sc.org.br/img/noticias/A-TESE-ILDA%20educacao.doc. Acesso em: 5 novembro de 2018.